



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DA MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA E DOS RECURSOS HUMANOS



CELIC-RS

SUBSECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
CENTRAL DE LICITAÇÕES

Relatório de Atividades

2015

1. Introdução

Previamente à apresentação das ações e dos resultados do exercício de 2015, mostra-se adequado reportar a fatores que caracterizam os períodos de transição em decorrência da troca de governo. Os primeiros momentos de uma nova gestão, em qualquer nível, se caracterizam pela quebra de continuidade de alguns processos, em razão da necessária avaliação frente a uma nova conjuntura política e, no caso específico do Estado do Rio Grande do Sul, econômica.

Na Subsecretaria da Administração Central de Licitações, além desta transição normal, este período se estendeu por mais dois meses, tendo a atual direção assumido efetivamente em 11 de março de 2015.

Outro fator, que impactou na estruturação das atividades do órgão foi o adiamento nas designações das chefias, publicadas, em seu número mais representativo, apenas no final do primeiro semestre.

Tais aspectos, entretanto, não impediram a continuidade do trabalho da Subsecretaria, assim como a implementação de ações no sentido de revisão e desenvolvimento de novas atividades, especialmente em virtude do comprometimento e da postura profissional do corpo de servidores.

2. Força de Trabalho

Em janeiro de 2015 a Subsecretaria possuía um contingente de 91 servidores. Ao final de 2015 este contingente se reduziu a 77 servidores. Considerando os servidores efetivos, o número representa em torno de 80% das necessidades de pessoal do órgão. Este grupo tem a seguinte composição:

22 servidores do Quadro Especial SMARH (extinta Caixa Econômica Estadual);

39 servidores do Quadro de Técnico-Científicos do Estado;

6 servidores do Quadro Geral do Estado;

3 adidos;

7 cargos comissionados.

Completam esta força de trabalho 2 terceirizados e 4 Estagiários.

3. Projetos Prioritários

Durante o exercício de 2015 foi continuado o desenvolvimento e implantação de dois novos sistemas que sustentarão os procedimentos de contratação de bens, serviços e obras do Estado do Rio Grande do Sul. Estes sistemas, definidos como produtos do projeto de Modernização de Compras Governamentais, prioritário no atual governo, foram idealizados para que **a Subsecretaria** dispusesse de ferramentas adequadas às suas competências e atribuições, em especial no tocante à Tecnologia da Informação. O sistema de apoio operacional nas licitações (Sistema Licitações – LIC), ainda em utilização na Subsecretaria, apresenta carências funcionais e gerenciais, sendo a sua substituição um dos focos da modernização pretendida. O desenvolvimento dos novos sistemas foi financiado pelo Banco Mundial – BIRD por meio do componente de Assistência Técnica que integra o Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - PROREDES BIRD.

3.1. Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) - tem por escopo administrar o catálogo de itens e o cadastro de fornecedores, operacionalizar e gerenciar requisições de compra, pesquisa de preços, sistema de registro de preços, montagem de compras e seu

acompanhamento até a homologação dos procedimentos, bem, como prover a Administração Pública de relatórios e informações gerenciais que orientem a estratégia de compras do Estado e possibilitem a tomada de decisão.

3.1.1. No ano de 2015 foram desenvolvidos e encontram-se em implantação 16 módulos, dos 19 previstos, conforme cronograma estabelecido em contrato de gestão.

3.1.2. Foram capacitados mais de 150 servidores dos órgãos e entidades do Estado para a utilização do Módulo de Catalogação do sistema GCE.

3.1.3 Foi publicada a Instrução Normativa nº 02/2015 referente a utilização do Módulo de Catalogação do sistema GCE.

3.2. Sistema de Gestão de Contratos (GCP) - permitirá o acompanhamento da execução contratual, disponibilizando aos agentes públicos uma ferramenta que aprimore a gestão, o controle e a transparência nas contratações.

3.2.1. Em 2015 foi concluído o desenvolvimento do sistema, devendo ser implantado e disponibilizado para uso dos órgãos e entidades da Administração Pública em 2016, após as devidas integrações com o sistema Finanças Públicas Estaduais - FPE.

3.3 Reconstrução da Consultoria

Foi elaborado Termo de Referência visando a reconstrução da empresa NTConsult, responsável pelo desenvolvimento dos Sistemas GCE e GCP, conforme previsto nos contratos originais, e submetido à aprovação do BIRD.

3.4 Recursos para Investimentos e Capacitação

Foi obtida a liberação de recursos junto ao BIRD para despesas com infraestrutura (equipamentos e sala de treinamento), capacitação e material bibliográfico, no montante de R\$ 481 mil.

4. Resultados das Principais Atividades

4.1. Acordo de Resultados

No Acordo de Resultados de 2015 foram definidas dois indicadores para a CELIC:

a) Módulo do sistema de contratos e compras desenvolvidos: para este indicador foi definida a meta de 19 módulos; foram desenvolvidos 16 representando 84,21% da meta;

b) Percentual de itens homologados (adjudicados): para este indicador foi estabelecida a meta de 88%; foi atingido o percentual 86,66%, representado 98,48%.

4.2. Credenciamento e Cadastramento de Fornecedores

O credenciamento de fornecedores possibilita a participação destes em pregões eletrônicos, acessando ao sistema Compras Eletrônicas do Estado - COE, no ambiente da CELIC, da Procergs e do Bannrisul.

Já o cadastramento, emite o Certificado de Fornecedor do Estado - CFE, possibilitando aos interessados a participação em licitações, de todas as modalidades, inclusive nos municípios do Estado.

Com a reestruturação da Equipe de Cadastro e a revisão das rotinas do processo de credenciamento e cadastramento de fornecedores, verificou-se uma significativa redução do prazo de emissão e renovação do Certificado de Fornecedor do Estado - CFE;

Atualmente existem 16.803 fornecedores credenciados e 1105 cadastrados ativos. No exercício que se encerrou, os resultados são os seguintes:

- novos fornecedores credenciados: 1.692;
- credenciamentos renovados: 4.585;
- cadastramentos de novos fornecedores: 97
- cadastramentos renovados: 1008.

4.3. Procedimentos Licitatórios

A planilha a seguir demonstra os procedimentos licitatórios, nas diversas modalidades, realizados em 2015. Considera-se como Economia/Lucro, a diferença entre o valor estimado da contratação e o valor da adjudicação. No caso de leilão, o valor obtido e o valor da avaliação.

RELAÇÃO DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO PERÍODO (01/01/2015 a 31/12/2015)					
Procedimentos de Aquisição	Quantidade	Valor Estimado (R\$)	Valor da Aquisição/Venda (R\$)	Economia/Lucro (R\$)	Economia/Lucro (%)
Tomada de Preços	36	13.580.626,79	11.887.862,85	1.692.763,94	12,46%
Concorrência	37	89.128.992,34	86.688.624,95	2.440.367,39	2,74%
Pregão	601	459.237.436,44	370.848.742,45	88.388.693,98	19,25%
Leilão	10	1.446.445,56	2.034.144,56	587.688,70	40,63%
RDC	7	22.660.409,41	21.029.920,43	1.630.488,98	7,20%
Chamada Pública	4	9.261.420,50	9.261.420,50	0	0
TOTAIS	695	595.271.291,04	501.734.165,44	94.787.502,99	15,92%

4.4. Sistema de Registro de Preços

No ano de 2015 foram disponibilizadas 472 Atas de Registro de Preços, totalizando 5.094 itens com preços registrados.

Foram autorizadas em torno de 9.700 adesões a Atas de Registro de Preços para órgãos e entidades do Estado que deixaram de fazer previsão inicial no Sistema ou fizeram previsões insuficientes.

A partir de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado, no ano de 2015, foi possível adotar o reequilíbrio econômico-financeiro de atas, o que reduziu o número de cancelamento de itens registrados.

4.5. Outros Resultados

No início do ano de 2015, mais precisamente no mês de março, foi criada uma Força Tarefa, composta por seis servidores da CELIC, que em cerca de cinco meses analisou e possibilitou o prosseguimento de 8.266 processos de usucapião, represados no Departamento de Patrimônio do Estado, desde 2013.

5. Ações Desenvolvidas

No exercício findo, além das atividades rotineiras da CELIC acima referenciadas, foram desenvolvidas ações específicas de gestão, das quais cabem destacar:

a) implantação de instância de decisão denominada Equipe Diretiva, com calendário fixo de reuniões, para estabelecer, desenvolver e acompanhar as diretrizes de funcionamento da Subsecretaria;

b) implantação do processo de manualização dos procedimentos da Subsecretaria, por intermédio da criação de dois documentos:

I. Norma de Procedimento - com o objetivo de consignar o entendimento do órgão sobre assuntos que exigem uma regulamentação residual; com este instrumento procura-se evitar que questões recorrentes e relevantes, principalmente no que concerne aos procedimentos licitatórios, sejam tratadas sem um critério uniforme; no ano de 2015 foram aprovadas 4 Normas de Procedimento.

II. Instrução de Trabalho - com o objetivo de revisar e padronizar os procedimentos que fazem parte da rotina do órgão, de modo a ser criado um referencial operacional para seus servidores; foram aprovadas 3 Instruções de Trabalho em 2015.

c) publicação da Instrução Normativa nº 01/2015, que trata dos procedimentos referentes à pesquisa de preços que instrui os procedimentos licitatórios; tal iniciativa teve como objetivo consolidar a ideia de Preço de Referência em substituição ao Valor Unitário Máximo Aceitável; tomou como base a regulamentação vigente no âmbito da União, agregando elementos que garantam maior eficiência e eficácia ao processo de contratação pública, como a utilização do banco de dados da Nota Fiscal Eletrônica, conforme preconiza o Decreto estadual nº 51.200/2014;

d) participação no grupo de trabalho, juntamente com Procuradoria-geral do Estado - PGE e Contadoria e Auditoria-geral do Estado - CAGE, que revisa o Decreto estadual nº 35.994/95 que padronizou os editais e contratos; como produto deste trabalho, foi publicado em 22 de dezembro o Decreto 52.823, revisando os editais e contratos de serviços continuados e locação de imóveis;

e) adaptação de espaço para treinamento, possibilitando aos servidores da CELIC capacitação, através do acesso a diversos cursos à distância, sem ônus ao Erário;

f) acompanhamento do processo de homologação do Sistema de Compras Eletrônicas do Estado - COE, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que possibilitou o uso deste sistema em todas as

contrações decorrentes financiamentos daquele banco até o valor de cinco milhões de dólares;

g) reativação do Comitê de Gestão do COE composto por representantes de órgãos e entidades de todos os poderes, sob a coordenação da CELIC; a existência deste comitê justifica-se pelo fato de o Sistema COE sofrer constantes atualizações, principalmente em decorrência de alterações legislativas ou adequações técnicas;

h) reestruturação do organograma da CELIC, com a redução do número de departamentos, de cinco para quatro, e a redistribuição de atribuições e competências;

i) reestruturação e atualização do site da CELIC;

j) criação de planilhas de acompanhamento de todas as modalidades de licitação realizadas pela CELIC, permitindo a avaliação do desempenho nos procedimentos licitatórios;

k) atualização dos e-mails corporativos com a racionalização da comunicação com as diversas áreas que atuam no processo licitatório;

l) revisão do processo de aquisição de gêneros alimentícios, abandonando a realização de pregões presenciais; em substituição foi retomada a utilização de pregões eletrônicos com estruturação de novas regiões passando, numa primeira etapa, de quatro para nove, propiciando de imediato uma economia estimada em mais de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais);

m) definição e implantação de layout, adequado ao novo organograma da CELIC, racionalizando o uso da área disponível e melhorando o acesso para o público externo;

n) realização de estudos visando subsidiar a participação da CELIC em grupo de trabalho em fase de criação por iniciativa da PGE, no sentido

atualizar a legislação que regulamenta o sistema de Registro de Preços, tendo com resultado uma proposta de minuta de decreto;

o) revisão do procedimento de apuração de infrações e aplicação de penalidades, por intermédio da Portaria SMARH 108/2015 e da Instrução de Trabalho CELIC 001/2015;

p) redefinições de uso das pastas públicas da CELIC na rede SMARH, permitindo o acesso à consulta a todos os servidores;

q) criação de equipe de suporte aos usuários na utilização dos sistemas que envolvem os procedimentos licitatórios, em especial o GCP e o GCE, em fase de implantação;

r) implantação do Módulo de Catalogação do GCE e disponibilização a todos os órgãos do Estado que utilizam o Catálogo Único de Especificação de Itens do Estado;

s) implantação do Módulo de Fornecedores do GCE já com funcionalidades que permitam a utilização do sistema PROA;

t) substituição do serviço de ouvidoria da CELIC, desenvolvendo a atividade de apoio aos pregoeiros e disponibilização de novos e-mails corporativos para comunicação;

u) designação de servidor para realização de leilões, nos termos da Lei nº 8.666/93, que possibilitará a redução dos custos dos processos de alienação;

v) aplicação de pesquisa de ambiente, respondida por 81% dos servidores da CELIC;

x) início do planejamento estratégico 2016-2018, a partir da participação de todos os servidores da CELIC, iniciado em 1º de dezembro com reuniões de grupos, discussão de cenário, definição de objetivos e estruturação do mapa estratégico da CELIC;

w) redução de despesas de custeio com a devolução de 20 aparelhos de telefonia móvel e 9 dispositivos 3G.

6. Ações em Andamento

Diversas ações específicas de gestão estão sendo desenvolvidas, das quais cabem destacar:

a) recebimento, homologação e implantação dos demais módulos do GCE;

b) elaboração dos termos de referência para aquisição de livros, equipamentos e contratação de capacitação, em decorrência da obtenção de recurso financeiro junto ao Banco Mundial - BIRD, no âmbito do contrato de empréstimo PROREDES, no sentido de viabilizar investimento em infraestrutura e em capacitação dos servidores da CELIC; no âmbito desta proposta está a estruturação de uma sala de treinamentos, em especial aos usuários dos sistemas GCP e GCE, na área da antiga biblioteca da SMARH;

c) implantação da Sala de Capacitação da CELIC, com definição de *layout* e elaboração das especificações do mobiliário e equipamentos;

d) estudo da ampliação do número de regiões para fornecimentos descentralizados de gêneros alimentícios, incentivando a participação de ME/EPP, por meio de pregão eletrônico, sem o desnecessário custo de deslocamento de servidores, a partir de parcerias com o SEBRAE, câmaras e prefeituras municipais;

e) desenvolvimento de instrumento de Pesquisa de Satisfação a ser aplicado aos usuários dos serviços da CELIC (órgãos e entidades demandantes e fornecedores);

f) desenvolvimento, em conjunto com a Subsecretaria do Tesouro do Estado, de ferramenta que permitirá a utilização do banco de dados da Nota Fiscal Eletrônica como subsídio para a definição de preços de referência nos processos de contratação conduzidos por esta Subsecretaria e aos demais órgãos que utilizam o Catálogo Único de Especificação de Itens do Estado;

g) desenvolvimento do conjunto de metas que comporão o planejamento estratégico e definição de indicadores de desempenho para todos os processos de trabalho;

h) adequação do Sistema de Compras Eletrônicas - COE com vistas ao atendimento da legislação, em especial a que beneficia as microempresas e as empresas de pequeno porte;

i) elaboração de manual de fiscalização de recebimento de bens para orientação dos órgãos e entidades do Executivo Estadual;

j) implantação de sistema de planejamento e acompanhamento de ações - SISPLAN - em utilização na Secretaria da Fazenda;

k) implantação do Sistema de Declaração de Entrega de Bens utilizado pela SEFAZ, conforme modelo exigido pelo TCE, considerando a obrigatoriedade imposta aos servidores lotados na CELIC;

l) adequação dos procedimentos internos às diretrizes do Sistema PROA.

7. Equipe Diretiva

Subsecretário:

Eduardo Jardim Pinto
eduardo-pinto@smarh.rs.gov.br

Assessoria Técnica:

Alexandre Husek de Freitas
alexandre-freitas@smarh.rs.gov.br

Paulo Ricardo Araújo Irmão
paulo-irmao@smarh.rs.gov.br

Amilton Santos Calovi
amilton-calovi@smarh.rs.gov.br

Coordenador da Assessoria Jurídica:

Alexandre Costa Mércio
alexandre-mercio@smarh.rs.gov.br

Diretor do Departamento de Planejamento

Renato Coelho Caierão
renato@smarh.rs.gov.br

Diretor do Departamento de Licitações

Jairo Peres de Oliveira
jairo-oliveira@smarh.rs.gov.br

Diretora do Departamento de Gestão de Contratos

Marina Fassini Dacroce
marina-dacroce@smarh.rs.gov.br

Diretor do Departamento Administrativo

Paulo Ricardo Araújo Irmão
paulo-irmao@smarh.rs.gov.br